

Mandato do presidente pode ser fixado em uma semana

BRASÍLIA — Se a Constituinte tiver número para funcionar no fim de semana, é possível que, nesse ritmo de trabalho, a duração do mandato presidencial e o sistema de governo entrem em votação na terça-feira, prevê o vice-líder do PMDB, deputado Antônio Brito. Caso se confirme a tendência de aprovação da emenda que fixa o mandato em quatro anos, o presidente José Sarney terá de reunir 280 votos para incluir nas disposições transitórias — a última parte do projeto da Constituição a ser votada — o ansiado mandato de cinco anos. Assim dispõe o regimento reformado sob o patrocínio do Palácio do Planalto em janeiro, quando Sarney acreditava que o *Centrão* lhe daria os 280 votos necessários para ter o controle do plenário.

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, faz força para que o mandato e o sistema de governo sejam decididos na semana que vem. Ulysses pediu que os governadores incentivem suas bancadas a permanecer em Brasília neste fim de semana.

O contratempo de ontem — a Constituinte não conseguiu concluir a votação do Título II (Dos Direitos e Liberdades Fundamentais) — não preocupou os parlamentares. A sessão foi suspensa pouco depois de 20h para que o Congresso começasse a discutir o pacote fiscal do governo. No entanto, diversos constituintes do PMDB acreditam que a votação do Título II será encerrada hoje. Faltam apenas alguns casos de inelegibilidades e o Capítulo V, sobre os

partidos políticos, que tem apenas um artigo e quatro parágrafos.

Título III — Assim, restarão sexta-feira, sábado e domingo para a votação do volumoso Título III (Da Organização do Estado) — que se refere às competências da União, dos estados e municípios. Essa parte abrange dos artigos 20 ao 52 do projeto e inclui a legislação referente à administração pública e ao funcionalismo civil e militar. No fim da semana passada, em almoço com jornalistas, o senador José Richa (PMDB-PR) garantiu que a votação do Título III será tranquila.

A votação do Título IV (Da Organização dos Poderes e Sistema de Governo) começará pela organização do Poder Legislativo e suas competências. São 103 artigos — do 55 ao 158. O artigo 93 determina que o mandato do presidente é de cinco anos. No entanto, emendas dos senadores Mário Covas (PMDB-SP) e Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) estabelecem que o mandato será de quatro anos, com direito a reeleição. O texto das disposições transitórias — onde é feita menção específica ao mandato do presidente Sarney — estabelece quatro anos. De acordo com o regimento, serão necessários 280 votos para aprovar uma emenda que amplie o mandato para cinco anos.

A briga em torno do parlamentarismo deverá começar com o artigo 95, que em seu primeiro inciso afirma que uma das competências do presidente da República é “nomear e exonerar o primeiro-ministro e, por proposta deste, os ministros de Estado”.

Bancada das mulheres apóia parlamentarismo

O grupo parlamentarista na Constituinte mudou de estratégia: em vez de aliciar adeptos individualmente, passou a atuar junto aos chamados *blocos afins* do Congresso. Ontem, os parlamentaristas conseguiram a adesão de 80% da representação feminina, conquista que ampliou a vantagem em favor da tese do governo de gabinete. Hoje, o grupo parlamentarista reúne-se com os constituintes evangélicos.

Entre as 24 mulheres que integram a Constituinte, o maior dilema é vivida pela vice-líder do PT, deputada Irma Passoni. Ela é parlamentarista convicta, mas deverá seguir a determinação do partido pelo presidencialismo. “Eu vou torcer à distância pela vitória do parlamentarismo”, informa. A deputada Rita Camata (PMDB-ES) defende parlamentarismo com eleições gerais, argumentando que o atual Congresso não foi eleito para assumir responsabilidades de governo.

O deputado José Serra (PMDB-SP) preparou um estudo sobre o sistema de governo que será usado pelos parlamentaristas como principal argumento contra a emenda presidencialista. A proposta é subscreita pelos senadores Humberto Lucena (PMDB-PB) e Edison Lobão (PFL-MA) e pelos deputados Vivaldo Barbosa (PDT-EJ) e Theodoro Mendes (PMDB-SP).

“Essa emenda conduz ao pior dos dois mundos. Mantém o presidencialismo com seus defeitos, mas enfraquece o Poder Executivo onde não deveria enfraquecer. Por exemplo, ao permitir que o Congresso destitua ministros individualmente”, afirma o deputado José Serra em seu trabalho.

São Paulo - Zaca Feitosa



□ No cenário devastado do Teatro Municipal, onde, para delícia dos cupins, as obras de restauração já se arrastam por quatro anos, o prefeito de São Paulo, Jânio Quadros (foto), defendeu a pretensão do presidente José Sarney de ficar no poder até 1990 com uma advertência apocalíptica: “Só chegaremos à democracia neste país através do presidente José Sarney. Todo aquele que queira afastá-lo terá no lugar dele alguém fardado.” Jânio recomendou união: “Eu aconselharia uma grande trégua política. As mãos do presidente estão estendidas e quem desejar apertá-las pode fazê-lo sem perda de dignidade, porque o Brasil impõe neste instante a união de seus filhos, sob pena de acontecer o pior”.

CPI da Corrupção põe Polícia Federal atrás de auxiliar de Aníbal

BRASÍLIA — O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias de corrupção no governo, senador José Inácio Ferreira (PMDB-ES), pediu ao Departamento de Polícia Federal que descubra o paradeiro do ex-chefe de gabinete Lúcio Veríssimo e do ex-assessor Sérgio Teixeira de Sousa, ambos funcionários da Seplan envolvidos com intermediação de verbas na gestão de Aníbal Teixeira.

O desaparecimento de Lúcio Veríssimo foi constatado terça-feira, quando um funcionário da CPI telefonou para sua casa. Ao atender, a mulher de Lúcio, dona Dora, disse para o funcionário que aguardasse na linha enquanto ia chamar Lúcio, mas este a essa altura já estava em Belo Horizonte. Com o telefone fora do gancho, dona Dora pegou um táxi, foi para o aeroporto e viajou também para Belo Horizonte.

A CPI tomou o depoimento de Gilson Reis, diretor administrativo da Seplan. Ele levou uma lista dos funcionários lotados no gabinete de Aníbal Teixeira, provando que seu primo Sérgio Teixeira de Sousa era assessor. Gilson Reis contou que, pouco antes de deixar o ministério, Lúcio Veríssimo pediu que lhe fossem enviadas todas as pastas de funcionários lotados no gabinete. Depois que ele saiu, as pastas voltaram — menos a de Sérgio Teixeira de Sousa.

Denúncia pode piorar posição de ex-ministro

Inácio Muzzi

A disposição do ex-ministro do Planejamento Aníbal Teixeira de negar qualquer contato direto com escritórios de intermediação de recursos durante sua passagem pelo ministério pode cair por terra a partir de denúncia, que a CPI da Corrupção começa a investigar hoje, contra uma dessas firmas, que tinha como sócio o ex-subchefe de gabinete do Ministério, Murilo Duarte de Oliveira.

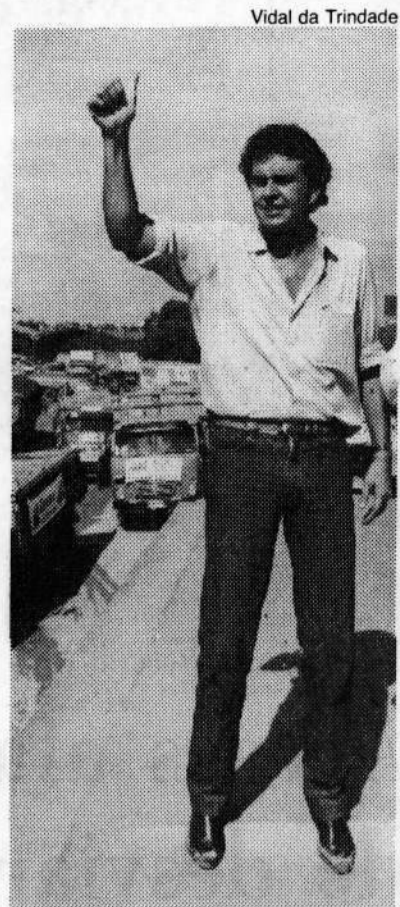
“O ex-ministro ficará em situação difícil, porque temos evidências de que um desses escritórios praticamente funcionava dentro de seu gabinete”, afirmou o presidente da CPI, senador José Inácio Ferreira (PMDB-ES).

A CPI requisitou à Junta Comercial de Brasília os contratos de constituição das empresas Ideias Turismo e Ideias Marketing e Projetos Ltda.; firmas irmãs, com sedes contíguas instaladas no Edifício Oscar Niemeyer. O documento referente à Ideias Turismo atesta a participação de Murilo de Oliveira em seu corpo de sócios, desde outubro de 1986. Já o contrato de constituição da Ideias Marketing e Projetos — empresa que pela sua área de atuação em consultoria pode ter funcionado como um escritório de intermediação de interesses das prefeituras em Brasília, não traz o nome do ex-subchefe de gabinete entre seus sócios. O presidente da CPI argumenta, no entanto, que as duas empresas “têm muita coisa em comum, podendo perfeitamente ter trabalhado em associação direta”.

O senador José Inácio convocará Murilo Duarte de Oliveira, funcionário de carreira do Banco do Brasil, para prestar depoimento na CPI, em seguida à apresentação do ex-chefe de gabinete do Ministério, Lúcio Veríssimo. A Comissão providenciará também o levantamento da carreira do convocado na administração pública.



Aníbal



Caiado: ajuda e pregação

Caiado critica o governo e a Constituinte

A grandiosidade da contribuição da União Democrática Ruralista (UDR) e do Movimento Democrático Urbano (MDU) aos desabrigados do Rio serviu “para mostrar a força da livre iniciativa e demonstrar que a classe empresarial precisa ser independente do governo”, disse o líder rural Ronaldo Caiado, que aproveitou para lançar críticas aos políticos, à Constituinte e, principalmente, ao governo e ao presidente José Sarney.

Depois de algumas horas de ação como qualquer candidato, Caiado negou que pretendia concorrer a cargo público, mas adiantou que vai “continuar peregrinando e estimulando a livre iniciativa”, e admitiu ser cabo eleitoral de um candidato que apresenta quesitos como competência, coragem, inteligência e, “acima de tudo, coerência e dignidade”. Segundo ele, esta pessoa “é alguém que já existe, mas a sociedade ainda não conhece”.

O presidente da UDR deu dezenas de entrevistas no Rio e não se absteve de responder a perguntas políticas. Anunciou, por exemplo, “a maior caminhada de todos os tempos rumo a Brasília”, no dia 14 de abril, para impedir que “absurdos” sejam aprovados na Constituinte, que se transformou, em sua opinião, num “balcão de interesses pessoais dos políticos”.

Caiado afirmou que o governo Sarney “planta e semeia planos faraônicos e utópicos, e não tem coragem de dizer a verdade”.

Governo se desespera e prevê crise

Vanda Célia

O ministro da Habitação e Urbanismo, Prisco Vianna, exibindo o desespero do governo na antevéspera da votação do mandato presidencial, advertiu que se a Constituinte aprovar os quatro anos de mandato o governo não aceitará a decisão, vão ocorrer desdobramentos e o país vai mergulhar numa crise institucional. Prisco participava de um encontro com 17 parlamentares no 21º andar da Caixa Econômica Federal em Brasília e pediu que eles trabalhem de maneira concertada em favor dos cinco anos para Sarney.

“O governo está informado de que a transição só será garantida com o mandato de cinco anos”, acrescentou o ministro, segundo três dos presentes, insistindo em que Sarney dispõe de dados seguros que indicam a ocorrência de problemas políticos, sociais e econômicos da maior gravidade, em caso de eleições neste ano.

A ofensiva de Prisco Vianna assustou alguns dos deputados presentes. Um interlocutor do presidente Sarney confirmou no final do dia as palavras do ministro e acrescentou que não há qualquer intenção do presidente em acatar as eleições este ano. De acordo com esse informante, Sarney não vai deixar de

pressionar a Constituinte e o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães.

Revela ainda a fonte que Sarney continua interessado em mandar para casa o ministro da Previdência, Renato Archer, como forma de atingir Ulysses e o PMDB. Teria chegado aos ouvidos de Sarney o relato de uma reunião feita na casa do deputado, há uma semana, quando o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, teria proposto mais uma vez o rompimento imediato do partido com o governo e a saída dos pemedebistas dos cargos oficiais.

“Serei o primeiro a sair”, teria declarado Renato Archer, mas Ulysses ponderou com o ministro que deveria permanecer, já que a Previdência está dando superávit, ainda de acordo com a versão da reunião relatada a Sarney.

Na reunião com Prisco, o deputado Gilson Machado (PFL-PE) disse que estava preocupado com a falta de coordenação política do governo. Citou o problema de seu colega de Pernambuco — José Tinoco — que sempre votou com o governo mas tem que aceitar em suas bases eleitorais — a cidade pernambucana de Garanhuns — a manutenção em postos do governo de todos os indicados pela deputada federal Cristina Tavares, implacável opositora de Sarney.

Embora no ataque, Sarney pretendente deixar uma brecha para negociação com o Congresso. Se não conseguir mandato de cinco anos ele aceitará acordo se não for garantido número para aprovação dos quatro anos. Já, dispõe-se a aceitar um primeiro-ministro figurativo, continuando com a chefia do estado e do governo até 1989. Sair antes disto, contudo, ele não aceita, confirmou Vianna aos parlamentares.

Centrão perde ajuda de uma de suas vozes

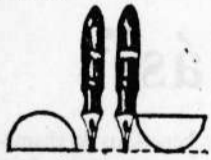
“A Constituição deste país tem que ser, antes de tudo e acima de tudo, a expressão da vontade da maioria da Nação. Uma Constituição que não possua a força e o respaldo da vontade popular não se imporá, o povo, simplesmente, não a cumprirá”.

(Quem ocupa a tribuna da Câmara para dizer todas essas coisas, sob o silêncio respeitoso da maioria dos constituintes, não é o senador Mário Covas (PMDB-SP), pela centro-esquerda. Nem o deputado José Genoíno (PT-SP), pela extrema-esquerda. O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) seria capaz de dizer essas e outras, mas também não é ele quem está falando. Eis uma pista sobre o orador: ele empresta às palavras um sotaque inconfundível.)

“Deveremos fazer uma lei que seja amada pela Nação e não repudiada por ela. Deveremos fazer uma carta constitucional que obtenha os aplausos da grande maioria e não que seja permanentemente esquecida pela maioria da Nação”.

(O estilo não é dos mais apurados, reconheça-se. Mas isso não importa. O dono do estilo nunca se notabilizou como um formidável orador em uma Constituinte, de resto, tão pobre de políticos capazes de arrebatá-los os espíritos. O importante é o que ele está dizendo — e mais que isso, é o fato de ser ele quem o está dizendo. Outra pista sobre a identidade do orador? Lembra-se do deputado que apareceu na TV e nos jornais fazendo um gesto obscuro para as galerias da Câmara que viajavam o *Centrão*? É ele.)

“Entendo e aceito como contribuição as críticas que fizerem, inclusive ao meu desempenho. Acho que elas servirão de estímulo para outras lutas mas não mudarão, jamais, a minha maneira de pensar e de agir no sentido de buscar sempre, e agora, o entendimento nacional”.



Aplausos. O orador é vivamente cumprimentado. Com um sorriso de uma ponta à outra do rosto, cuidadoso com o topete de cabelos grisalhos que de vez em quando ameaça desabar, o português de nascimento, naturalizado brasileiro, conservador por princípio, tido e havido entre seus pares como um político radical de direita, o deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara Federal, abandona a tribuna e empreende sua marcha triunfal pelo corredor estreito que separa os dois amplos conjuntos de poltronas do plenário.

— Belo discurso, Zé — grita, de um lado, o deputado José Genoíno. — Fazer acordo com o Zé Lourenço é uma boa coisa — comenta o senador Mário Covas. — Ele não falha: palavra empenhada é palavra cumprida.

— Quando se imagina que o Zé está isolado, ele vai lá e dá a volta por cima — diz, traíndo uma ponta de admiração, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). Discorda o deputado Gilson Machado (PFL-PE), dono de um dos 48 votos que, dali a instantes, se oporiam ao acordo firmado por José Lourenço, Passarinho e Covas para aprovação do artigo sobre o direito de greve:

— O acordo é ruim. O Zé se deixou levar pelo Covas.

O acordo foi aprovado por mais de 400 votos e o deputado José Lourenço pôde comemorar, para sempre ou só por pouco tempo, não se sabe ainda, o episódio que o levou a desertar das fileiras do *Centrão* — Você viu? — indagou, eufórico, a um amigo. — Não disseram que eu era da direita? Nunca fui e provei isso hoje.

Decisão às portas

Se for mantido hoje o ritmo dos últimos dias, a Constituinte poderá surpreender votando até domingo, ou logo no início da próxima semana, o capítulo que trata de sistema de governo. O parlamentarismo está em ascensão, reunindo, até ontem, pouco mais de 240 votos seguros para sua aprovação e cerca de 50 outros que se inclinam a seu favor. “Vai dar parlamentarismo com quatro anos de mandato para Sarney”, profetiza o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte. Se isso ocorrer, o plenário terá confirmado a decisão da Comissão de Sistematização.

Ricardo Noblat

Reeleição de presidente ainda está proibida

BRASÍLIA — Por 270 contra, 201 a favor e 13 abstenções, o plenário da Constituinte rejeitou emenda que permitia a reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos. A decisão, porém, pelo menos no caso da Presidência da República, não é definitiva, pois a possibilidade de reeleição voltará a ser apreciada no título da Organização dos Poderes, quando se discutir o mandato presidencial.

O plenário rejeitou também emenda que tornava inelegíveis os parentes até segundo grau dos presidentes, governadores e prefeitos, salvo no caso de reeleição. Houve 324 votos contra, 129 a favor e 15 abstenções. Se tivesse sido aprovada, o filho do presidente Sarney, o deputado Sarney Filho, não poderia ser candidato a prefeito de São Luís nas eleições deste ano.

O deputado José Genoíno (PT-SP), um dos maiores críticos do governo Sarney, foi à tribuna encaminhar contra a aprovação da emenda, que classificou de “casuismo e mesquinha política”. “Não podemos aprovar uma emenda pensando no Maranhão”, disse, argumentando que o único caminho para acabar com o nepotismo e os currículos eleitorais é o esclarecimento político da população. Acabou sendo mantido o texto original do *Centrão* que exclui da inelegibilidade os detentores de mandatos legislativos.

Mas ia sendo suprimido por emenda do deputado Felipe Cheide (PMDB-SP), talvez o constituinte mais ausente do plenário. Ao subir à tribuna, Cheide foi saudado por prolongada salva de palmas, comemorativa de seu surgimento na Constituinte. Constrangido, quis fazer uma ironia, dizendo que “o grande ausente hoje está operante”. Acabou se atrapalhando todo.